

Ponte para o Futuro

O acordo firmado segunda-feira, em Nova Iorque, pelo negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster, com o comitê dos bancos credores em torno dos juros atrasados de julho de 1989 até 31 de dezembro do ano passado, é uma ponte para a normalização das relações do Brasil com a comunidade dos negócios internacionais.

O atraso dos US\$ 8 bilhões devidos aos bancos comerciais privados foi utilizado nos últimos meses, de forma velada ou explícita — como no caso do veto de crédito do BID — para pressionar o governo brasileiro a ceder na sua disposição de fazer um acordo duradouro para a dívida sem implicar mais sacrifícios para o povo brasileiro.

O Subsecretário do Tesouro americano, David Mulford, vinha insistindo no acerto dos juros em atraso como condição básica para a normalização das relações do Brasil com o FMI e a comunidade dos negócios, incluindo o deslanche do programa de privatizações. O pagamento será normalizado, mas apenas com o desembolso este ano de US\$ 2 bilhões, sendo o saldo de 75% quitado através de bônus de juros flutuantes, num grande avanço para as negociações de outros devedores.

Nos últimos oito anos, os bancos drenaram bilhões de dólares do Brasil, em volume várias vezes superior aos novos créditos. Essa situação anômala foi estendida há dois anos ao fluxo de recursos dos bancos oficiais e organismos multilaterais, como o Banco Mundial, BID e FMI, numa absurda inversão da função do sistema financeiro internacional — que é reciclar recursos dos países ricos para os mais pobres.

Apesar disso, os bancos e os governos dos países credores ainda continuavam fazendo exigências descabidas. Além de toda a sorte de descortesia aos negociadores brasileiros, contornadas com paciência e estoicismo pelo negociador da dívida, o embaixador Dauster, veterano participante das tensas negociações do Acordo Internacional do Café.

Compreende-se a aflição de contadores e executivos com o impacto negativo dos juros em atraso, consoante as normas da legislação bancária doméstica. Mas assim como aos bancos não interessa obter a quitação de cada empréstimo à custa da falência do cliente, não é mais possível o sistema financeiro comandado pelo Primeiro Mundo insistir em termos que representam a ruína dos devedores do Terceiro Mundo.

A dura e triste realidade das ruas brasileiras está mostrando o quanto o país empobreceu dramaticamente sob o peso excessivo de uma dívida que virou uma verdadeira bola de neve, realimentada por juros em cascata que ajudaram a enriquecer os bancos americanos, japoneses, canadenses e europeus. O governo Collor agiu com alto sentido político ao não arredar pé do princípio de não submeter a sociedade brasileira a mais sacrifícios para servir ao pagamento da dívida externa.

O acerto com os bancos, sujeito à aprovação do Senado, abre perspectivas de um acordo multianual com o FMI, que é a chave para a reabertura dos negócios do sistema financeiro com o Brasil. Apesar de treze superávits mensais, as contas públicas continuam sendo o calcanhar-de-aquiles no acerto global com os credores oficiais e privados para o reescalonamento do principal da dívida a longo prazo.

Há quem sustente que o governo Collor perdeu quase um ano no tratamento da dívida diante da resistência em ceder aos bancos. Trata-se de uma conclusão apressada, pois um dos trunfos mais importantes para equacionar a questão da dívida — o programa de privatizações — só agora pode ser implementado, atraindo os credores a trocar a dívida por participação acionária nas empresas estatais a serem privatizadas. A partir de agora, nada mais pode servir de desculpa para os bancos e os governos não aceitarem discutir uma solução duradoura sobre a dívida.